

O TRANSTORNO DO PROCESSAMENTO AUDITIVO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

CAMILA FORESTI¹, RITA CÁCIA FACHIN SCRAMIM², PATRÍCIA GRAFF³

1 Introdução

A presente pesquisa toma o Transtorno do Processamento Auditivo (TPA) como temática investigativa. A escassez de pesquisas sobre o tema, no campo da Educação, associada à presença de estudantes com TPA nas escolas, produz uma demanda por discussões que façam circular saberes sobre o TPA nos processos de formação continuada de professores, o que nos mobilizou a pesquisá-lo.

O Transtorno do Processamento Auditivo caracteriza uma condição ligada ao processamento da audição (como o nome sugere). Isso significa que a pessoa escuta o som mas tem dificuldades para interpretá-lo. Importa marcar que a mensagem sonora é recebida pelos ouvidos, mas é o cérebro que a processa. Caso o cérebro tenha dificuldades no processamento da mensagem que ouviu, a compreensão é comprometida, produzindo efeitos diretos sobre os processos de escolarização. Nesse registro, as pessoas com TPA podem apresentar dificuldades em processar informações da forma esperada, o que pode resultar em dificuldades na comunicação oral, na leitura e na escrita, bem como em dificuldades na compreensão das informações. Muitas vezes, a educação as considera como indivíduos com falta de atenção na sala de aula ou até mesmo como pessoas sem vontade de aprender. No entanto, em ambientes com barulho, como a escola, pessoas com TPA podem ter dificuldades de concentração e de compreensão das informações.

Para compreender como as escolas têm acolhido esses estudantes e as estratégias que empreendem para a sua escolarização, bem como as orientações dadas pela Coordenadoria Estadual de Educação, na regional de Chapecó/SC, dividimos a pesquisa em dois momentos. No primeiro momento a pesquisa foi realizada pela acadêmica Rita Cácia Fachim Scramim, a

¹ Titulação acadêmica: licencianda em Pedagogia, Universidade Federal Da Fronteira Sul, *campus* Chapecó/SC, contato: camila.foresti@estudante.uffs.edu.br.

² Titulação acadêmica: licenciada em pedagogia, Universidade Federal Da Fronteira Sul, *campus* Chapecó/SC.

³ Titulação acadêmica: Doutora em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, **Orientadora**.

partir da busca por materiais que tratassem sobre o TPA e de um conjunto de entrevistas com professores da rede Estadual de Chapecó, com o intuito de saber se eles conheciam o TPA, se já tinham participado de formações continuadas sobre a temática e como procediam para produzir as condições de aprendizagem para os estudantes com TPA. A segunda parte da pesquisa foi desenvolvida pela acadêmica Camila Foresti e, também, contou com a busca bibliográfica e a leitura de materiais sobre a temática. Nessa etapa foi realizada uma entrevista aconteceu com a responsável pela Educação Especial, na 4ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), de Chapecó/SC, pois, as respostas às entrevistas com os professores revelaram a ausência de formação sobre essa temática, o que nos mobilizou a entrevistar a responsável pela Educação Especial, nessa regional da CRE.

2 Objetivos

O objetivo geral da primeira etapa da pesquisa buscou mapear as políticas educacionais e as práticas pedagógicas materializadas no processo de escolarização de estudantes do Ensino Fundamental que apresentam Transtorno de Processamento Auditivo (TPA), na rede Estadual de Educação de Chapecó/SC. Na segunda etapa, a pesquisa visou compreender os encaminhamentos indicados pela Secretaria do Estado de Educação (SED) de Santa Catarina, para a orientação dos percursos escolares dos estudantes com TPA.

3 Metodologia

Os procedimentos investigativos foram os mesmos para as duas etapas da pesquisa, consistindo em análise de dados provenientes de dois conjuntos de fontes, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica toma um conjunto de artigos científicos como superfície analítica. O percurso metodológico delineado para esta pesquisa se caracteriza a partir de uma abordagem qualitativa e de estudos pós-críticos. Durante a pesquisa foram selecionados 11 artigos, pelo repositório do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para a melhor compreensão sobre a temática. A leitura desse material serviu como aporte teórico para a discussão dos dados produzidos pelas entrevistas.

Para as entrevistas foi organizado um conjunto de questões prévias, que orientou o diálogo com os professores da rede estadual e com a responsável da educação Especial de Chapecó. A produção de dados foi feita após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa

com Seres Humanos (CEP), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sob CAAE 60549722.5.0000.5564 e parecer de número 5.598.367. Salientamos que as entrevistas foram realizadas em dias e horários sugeridos pelos participantes. Os participantes foram informados sobre os benefícios da pesquisa, como os conhecimentos compartilhados sobre o tema, podendo expandir a informação a outros profissionais, contribuir com a escrita da pesquisa e trazer esses conhecimentos para a sua atuação na Educação. As entrevistas foram gravadas pelo celular, com permissão dos participantes a partir de assinatura do TCLE, não ultrapassando 120 minutos de interação com os participantes. Após a entrevista foram realizadas a transcrição integral das respostas, sendo entregue uma via para os entrevistados, permitindo que fizesse ajustes à fala. Após as devolutivas, os dados foram analisados, à luz da base bibliográfica e serão discutidos na próxima seção.

4 Resultado e discussões

De acordo com a Associação Americana de Fala, Linguagem e Audição - ASHA (2005), estima-se que 20% da população, entre crianças, jovens e adultos, apresenta o transtorno do processamento auditivo. Segundo os dados do Censo da Educação Básica, o ano de 2021 contou com 23.991 matrículas no Ensino Fundamental, somadas entre as redes estadual e municipal de educação de Chapecó. Desse quantitativo, somente a rede estadual apresentou uma matrícula de estudante com TPA. Esses dados nos mostram uma invisibilização dos estudantes com TPA nessa rede de ensino, sobretudo pelo desconhecimento dessa condição. Na primeira parte da pesquisa, os professores discorreram sobre as suas próprias experiências e relataram características que podem indicar o TPA, mas que apresentam uma relação mais intensa com a surdez, o que mostra um completo desconhecimento sobre a temática. Associado a isso, os professores relataram não ter participado de formação continuada sobre a temática, tampouco receberam orientações sobre a escolarização desse público, a partir da Coordenadoria Regional de Educação.

Nessa direção, parece-nos importante ressaltar que a educação se constitui a partir das relações entre os sujeitos e da promoção das condições para a aprendizagem de todos. Por isso, os processos de formação continuada são fundamentais, para que as escolas sejam subsidiadas por um conjunto de saberes que lhes possibilite avaliar como que as práticas pedagógicas estão sendo postas em exercício, acessar novos conhecimentos e preparar o ambiente para receber e ensinar a todos os alunos. Do ponto de vista de Wengzynski e Tozetto (2012, p. 04),

a formação continuada contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor, cujo objetivo entre outros, é facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente, elevando-a a uma consciência coletiva. A partir dessa perspectiva, a formação continuada conquista espaço privilegiado por permitir a aproximação entre os processos de mudança que se deseja fomentar no contexto da escola e a reflexão intencional sobre as consequências destas mudanças.

A formação continuada é muito importante para o desenvolvimento do trabalho do professor, mas segundo a responsável pela Educação Especial na 4ª Coordenadoria Regional de Educação, de Chapecó, “tá faltando, falha, falha muito”. A formação serve para aperfeiçoar os saberes necessários à atividade profissional, pois sabemos que todos os alunos são responsabilidade do professor, não importa se o aluno é acompanhado de segundo professor ou não.

Parece-nos necessário discutir esses temas, pois segundo a entrevistada “discutir é construir efetivamente lá no chão da escola, que é da formação geral, mas é discutir o que ela é. É discutir, fazer a troca”. Os relatos de nossa última entrevistada mostram que essa discussão entre os profissionais, a partir da formação continuada sobre essa temática, está completamente ausente, tampouco existe nem um objetivo traçado para isso ocorrer, o que nos mostra uma omissão da CRE diante dos processos de escolarização de alunos com TPA.

5 Considerações finais

Ao final dessa trajetória investigativa é possível afirmar que: a) a Educação tem se debruçado pouco sobre o TPA como foco investigativo; b) os professores entrevistados na única escola que contava com matrícula ativa de aluno com TPA na Educação Básica de Chapecó, desconhecem essas condições e não participaram de formação continuada que colocasse em circulação saberes sobre essa temática, e; c) a Coordenadoria Regional de Educação de Chapecó não realiza processos de formação continuada de seus docentes sobre o TPA e tampouco disponibiliza de orientações sobre os processos de escolarização desse público, aos docentes, embora ressalte que há material disponível sobre o TPA na página da Fundação Catarinense de Educação Especial, vinculada à Secretaria Estadual de Educação (SED)

Após essa pesquisa, parece-nos que cabe ainda perguntar: a) será que outras instituições estão levantando estudos sobre essa condição? b) Será que os professores têm acesso a saberes

referentes a essa temática? Por fim, ressaltamos a importância de escritas e de pesquisas sobre o tema, de formação continuada aos professores e de políticas educacionais voltadas ao Transtorno do Processamento Auditivo.

Referência

ASHA – AMERICAN SPEECH-LANGUAGE-HEARING ASSOCIATION. Central auditory processing disorders. Technical report, ASHA, 2005. Disponível em: <http://www.asha.org/members/deskrefjournals/deskref/default>. Acesso em: 2 ago. 2022.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

SILVA, Tais Aparecida Gomes da; BARBOSA, Josilene Souza Lima. **Distúrbio do processamento auditivo central**: a importância do diagnóstico precoce para o desenvolvimento da criança. 10º Encontro Internacional de Formação de Professores (ENFOPE). Aracaju. v. 10, n. 1, p. 1-16, 2017.

WENGZYNSKI, Cristiane, Danielle; TOZETTO, Susana. Soares. **A formação continuada face as suas contribuições para a docência**. In: Seminário De Pesquisa Em Educação Da Região Sul. Caxias do Sul. v. 9, p. 1-15, 2012.

Palavras-chave: Transtorno do Processamento Auditivo; Políticas educacionais; Educação.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES 2022 - 0169

Financiamento: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)